

Revista Brasileira
de Tecnologias Sociais

O QUE FEZ O GIGANTE AO ACORDAR? PRÁTICAS INSURGENTES EM JUNHO DE 2013

WHAT HAVE THE GIANT DONE AFTER HE WOKE UP? INSURGENT PRACTICES IN 2013 JUNE BRAZILIAN PROTESTS

AUTORES

Gustavo Souza Santos¹

RESUMO: Junho de 2013 marcou o imaginário popular, o discurso midiático e as políticas governamentais como um evento-fenômeno peculiar de ação e exercícios insurgentes que cobriram o território nacional. Procura-se aqui analisar as práticas desempenhadas pelos sujeitos mobilizados nos atos, investigando ações, gestuais, sinais e outras atividades que constituíram o núcleo das manifestações. Utiliza-se a fonte jornalística impressa dos veículos de maior circulação à época para subsidiar as leituras, bem como registros imagéticos. O agenciamento em rede e a solidariedade multitudinária plasmaram práticas insurgentes que designam enquanto processavam seu conteúdo e função, modelavam a própria emergência do perfil dos sujeitos mobilizados, inaugurando *performances* e coreografias sociopolíticas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornadas de Junho. Espaço. Insurgência. Mobilização Social. Cidadinidade.

ABSTRACT: June 2013 marked the popular imagination, media discourse and government policies as a peculiar phenomenon-event of insurgent action and exercises that covered the national territory. The aim here is to analyze the practices performed by the subjects mobilized in the acts, investigating actions, gestures, signs and other activities that constituted the nucleus of the manifestations. The printed journalistic source of the vehicles with the greatest circulation at the time is used to subsidize the analysis, as well as imagery records. Network agency and multitudinous solidarity shaped insurgent practices that designate while processing their content and function, shaped the very emergence of the profile of the mobilized subjects, inaugurating sociopolitical performances and choreographies.

KEYWORDS: June Journeys. Space. Insurgency. Social mobilization. City.

Licença CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.

¹ Doutor em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) com pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS/Unimontes), da mesma universidade. Professor das faculdades de Comunicação Social e de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Pesquisador associado do Cidadino (Núcleo Interdisciplinar de Temáticas Urbanas da Unimontes). gustavo.ccpv@gmail.com





RESUMEN: Junio de 2013 marcó el imaginario popular, el discurso mediático y las políticas gubernamentales como un peculiar evento-fenómeno de acción y ejercicios insurgentes que recorrió el territorio nacional. El objetivo aquí es analizar las prácticas realizadas por los sujetos movilizados en los actos, investigando acciones, gestos, signos y otras actividades que constituyeron el núcleo de las manifestaciones. Para sustentar las lecturas se utiliza la fuente periodística impresa de los vehículos de mayor circulación en la época, así como registros de imágenes. El trabajo en red y la solidaridad multitudinaria configuraron prácticas insurgentes que designan procesando su contenido y función, configurando la emergencia misma del perfil de los sujetos movilizados, inaugurando performances y coreografías sociopolíticas.

PALABRAS CLAVE: Jornadas de Junio. Espacio. Insurrección. Movilización social. Ciudad.

INTRODUÇÃO

Agência e potência são expressões de força, energia e disposição. A constituição prática e simbólica das mobilizações sociais acena para atividades que não procedem a partir de uma noção de ordem, tranquilidade ou estabilidade. No exercício de agente e no terreno das relações de poder, a expressão visível – material ou imaterial – dos sujeitos e coletividades é marcada por um processo que constrói sentido e organização por meio do ruído, do incômodo.

No espaço das ruas – e aqui, também se incorporam fluxos virtuais –, as formas de participação e as modalidades de ação ou cooperação se estabelecem por uma sucessão de gestos. Esse gestual é fundamental para que o influxo cognitivo da realidade que reclama reivindicação se expresse, não pela cristalização, mas pela teia de significados que gera substância sociopolítica e anima o movimento material, visível e praticado.

Manifestações, protestos e querelas que tomam de sobressalto e enxameamento ruas e espacialidades diversas são marcadas por conteúdos de insurreição que se orientam por um conjunto (i) material de práticas, atos, gestos e coreografias políticas que, ao constituir mobilização, desenvolvem um *momentum* performático que catalisa o fragor da atividade sociopolítica.

Orienta-se, aqui, o olhar sobre as práticas desempenhadas pelos sujeitos nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, mobilização social em rede que marcou o imaginário popular, o discurso midiático e as dinâmicas de governança à sua época. O cabedal de práticas e o ritmo de exercícios desempenhados ou detonados pelo movimento constituíram desenhos de agência peculiares.

Tais práticas dizem dos fazeres sociais e políticos da condição do sujeito como agente, do manifestante e do cidadão no desanuiamento utópico. Nas práticas de junho de 2013, procurou-se esquadrihar a conjuntura do movimento na perspectiva de seus exercícios e gestuais para a construção do ato-fenômeno.

Para esse exame, adotou-se como aporte de leitura extratos dos três jornais impressos² de maior circulação em 2013³, de modo a buscar, na cobertura factual perecível desse tipo de periódico, a tônica

2 A opção pela mídia jornalística impressa advém de seu caráter de cobertura perecível, isto é, em contínuo ajuste narrativo, enquanto evoluem e se constituem os fatos. Desse modo, a mídia impressa oferece uma cronologia descritiva inventarial dos fenômenos sociais, permitindo exames por entre frestas discursivas e análises conjunturais extralinguísticas.

3 Os jornais de maior circulação no período foram Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, conforme consulta ao Instituto Verificador da Comunicação (IVC), órgão filiado à Associação Nacional de Jornais (ANJ), responsável por métricas de circulação e cobertura de veículos jornalísticos.

narrativa, cronológica e descritiva do rol de práticas e exercícios mobilizados do evento em questão. Utilizam-se, ainda, algumas imagens⁴ para observar a plástica das práticas ora descritas.

O que fez o gigante logo que acordou? Remontando à clássica frase⁵ de efeito que marcou os dizeres insurgentes do movimento, questiona-se o que dizem os exercícios de junho de 2013 sobre si e que conversas foram e são interpeladas sobre mobilizações sociais desta natureza e da (i)materialidade da insurgência como um documento sociocultural no tempo e no espaço.

PRÁTICAS INSURGENTES: DO ÍNDICE À PERFORMANCE

As práticas que caracterizam mobilizações sociais são abrigo de modalidades de ação e participação que ocorrem por meio de tramas sonorizadas. Ou seja, na sucessão de acontecimentos, silêncios e ruídos se revezam para fundamentar, corporificar e difundir o conteúdo sociopolítico de mobilização. Nos silêncios, a atividade laboratorial ocorre, dando condições para a pré-organização acontecer, aninhando sentidos e afetos, captando instruções. Nos ruídos, as práticas se manifestam, dando testemunho dos sentidos e a eloquência da mensagem, marcada por origens, localizações e projetos.

A fase laboratorial é silenciosa, submersa e produz imersão em certo nível. Nesse contexto, estão contidos os afetos que, ao eclodir, se tornaram ruídos de insurreição. Todavia, os objetos de agência são elucubrados nesse momento. O adjetivo laboratorial diz da maturação de ideias que ganham sentido e efeito no trâmite material da ocupação urbana da manifestação. Nesse trânsito, estão as organizações dos coletivos e das comunidades, a conversação social e virtual fora do radar midiático e governamental, e as vivências dos sujeitos – o que empresta força de efeito reivindicatório.

Esse silêncio é condição para a sonorização do ruído da ação em sua prática, bem como de seus efeitos instantâneos e das reverberações que ocorrem por médias e longas durações. A atividade organizada e as vivências diárias no silêncio do ordenamento cotidiano são uma etapa constitutiva para a representação prática e material de mobilizações.

Do silêncio formativo, instrutivo e maturativo, passa-se ao ruído imagético e procedimental. A ocorrência dos atos em si tem toda sorte de modalidades participativas transmissíveis pelo posicionamento do corpo, da ocupação, da apropriação, da voz, da coreografia, dos materiais empunhados e dos sons acionados. A plasticidade do ato e seu ruído designam a fase de emersão. Um ruído é um registro sonoro de incômodo que perturba uma ordem sonora estável. A que o ruído dos atos perturba?

A estabilidade ordeira do cotidiano é perturbada no ato mobilizado. Os contornos motivacionais da ida às ruas, a semântica das vozes e a realidade aparente nas demandas reivindicadas dão corpo ruidoso, criando uma retórica ou um novo alerta de que o corriqueiro não vai bem e que atenção e/ou modificações sistemáticas são imperativas. Para que isso ocorra, o ruído não é apenas físico. Uma variedade de práticas fornece a acústica para que ele se propague.

No *corpus* da mobilização, a operacionalização de seu funcionamento e do pleito de seus objetivos se estabelece por meio de práticas. As práticas são entendidas como modos de ação, modalidades de participação e exercícios engajados com uma realidade em ocorrência com um alvo, um fim, uma

4 Utilizou-se das imagens oriundas do projeto Grafias de Junho (UFMG, c2020), um repositório da memória dos atos de 2013, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Cosmópolis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com o Laboratório Outros Urbanismos da Universidade de São Paulo (USP).

5 “O gigante acordou” remonta a um anúncio da marca de bebidas Johnnie Walker que em um de seus filmes publicitários dedicado ao mercado brasileiro em ascensão na economia mundial à época, posiciona o Morro do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro assume uma figura humanóide, erguendo-se de seu estado adormecido e caminhando pelas vias da cidade, em alusão à pujança da emergência socioeconômica do país. Para entender mais dessa perspectiva, consultar Santos (2020a).

consumação. As práticas designam gestuais ativos com potencial (des)construtivo, lançando mão de ferramentas que otimizem o intercurso entre intenção, razão e efeito.

Praticar exige envolvimento, intencionalidade e objetos de motivação. Munidos de elementos engajadores e motivacionais adquiridos no contato sensível das causas mobilizadoras, os sujeitos necessitam de plasmar essa carga de significado mobilizador sobre a realidade. Esse ato é o que garante a consumação de seu anelo inicial que o converte de indivíduo a sujeito, mas que proporciona ainda a(s) causa(s) a ganhar(em) vida na realidade material, ritual e ordinária do cotidiano social e político (a vida usual, a governança, as relações sociais, a política, etc.).

Em mobilizações sociais, dois requisitos são indispensáveis para o processamento e para a compreensão de suas práticas: repertório e táticas. O repertório diz da linguagem e do conteúdo estruturais e estruturantes do predicado da agência. As táticas, por sua vez, dizem da qualidade da agência, dos arranjos e feitos nos quais os exercícios se tornam evidentes e eficientes.

No repertório estão incrustados conhecimentos sociais e inteligências de matrizes distintas (ALONSO, 2012; TILLY, 1995). Habilidades, competências, memórias, relações e significados se coadunam em padrões compartilhados e intercambiados no trato social. Um repertório reage à socialização de outros repertórios, podendo criar paralelos temporários.

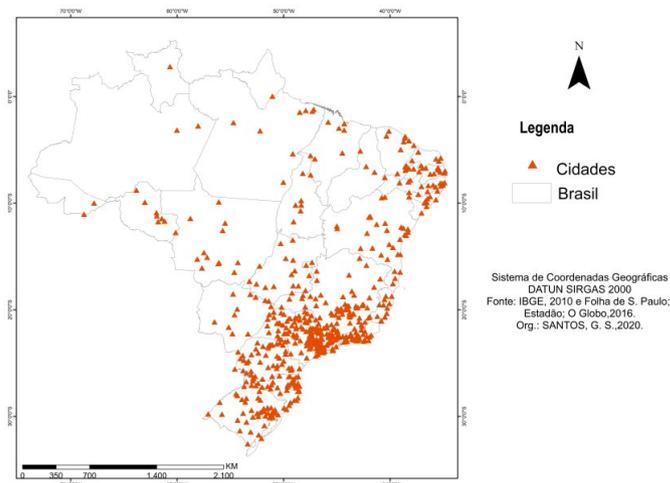
Na heterogeneidade de grupos e sujeitos das manifestações de junho, e sobretudo por seu processo particular de organização não convencional, observaram-se múltiplos repertórios em campo, ao mesmo tempo em que se criou um repertório consumível no momento, cuja durabilidade parece com os atos. A convivência de repertórios distintos cria padrões anômalos de desenvolvimento, ao passo que há volume de *performance*, há mais conflitos e riscos de dispersão ou desmobilização.

As táticas, por sua vez, vão designar um conjunto de visões e *expertises* confeccionadas na exigência do presente, a fim de driblar a hegemonia de estratégias organizadoras da realidade (CERTEAU, 2014). O exercício tático se dá na exploração de brechas como oportunidade de subversão da ordem para chamar atenção ou desafiar a ordem, diante dos fins que sustentam a mobilização.

O QUE FEZ O GIGANTE AO ACORDAR EM JUNHO DE 2013?

As Jornadas de Junho de 2013 reuniram cerca de 2,7 milhões de pessoas, envolvendo os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, cobrindo 538 municípios de pequeno, médio e grande porte (figura 1), bem como 73 cidades de 25 países diferentes entre os dias 17 e 30 do mês em questão (SANTOS; CUNHA, 2018b).

Figura 1 – Localização dos atos por cidade e estado no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

WWW.UNIVALI.BR/PERIODICOS

A mobilização é compreendida como um processo multi e transescalar na medida em que o estopim advindo dos protestos iniciais do Movimento Passe Livre (MPL), pelo aumento da tarifa de transporte público, em São Paulo, escalou em multidão e escopo a partir de 17 de junho. Demandas múltiplas por direitos sociais foram ecoadas em todo o território, envolvendo multidões por flexão solidária, registrando uma ativação territorial e designando territorialidades insurgentes (SANTOS; CUNHA, 2018a).

Em 2013, as tradicionais práticas que caracterizam movimentos sociais são executadas sob o suporte das redes criadas no *continuum* dos acontecimentos. Redes socioespaciais, construídas sob relações do/no espaço urbano e público, em diferentes escalas e ativadas territorialmente. Redes de comunicação *on-line*, fornecendo informação alternativa e direcionamentos organizacionais. O caráter radicular forneceu estruturação ao passo em que se constituiu tática de avanço dos atos na nuvem midiática e governamental (incluída aqui a ação policial).

Os relatos noticiosos documentam os acontecimentos, na medida em que revelam fragmentos dos efeitos das práticas e táticas dos participantes:

Foi a maior onda de protestos políticos no país desde os caras-pintadas, em 1992, pelo *impeachment* do então presidente Collor. A maioria das manifestações foi pacífica, mas houve vandalismo contra sedes do poder (Folha de S. Paulo, 18 jun. 2013, p. A1). [...] Atônitos governos não conseguem entender atos. [...] Às cenas de aglomeração, vandalismo e repressão policial somaram-se imagens simbólicas de “ocupação” símbolo do poder central (Folha, 18 jun. 2013, p. C7).

Multidões em marcha. Grandiosa e plural. Na maior mobilização contra o aumento das passagens de ônibus, cerca de 240 mil manifestantes ocuparam ontem as ruas de 11 capitais brasileiras. Os manifestantes, contudo, iniciaram as marchas pelo país dispostos a protestar em paz. Em alguns casos, agiram para conter os mais exaltados. Sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis, os protestos lembraram as grandes mobilizações sociais do passado, como as Diretas Já (1984) e os movimentos dos caras-pintadas (1992). A diferença foi a força demonstrada pelas mídias sociais, decisivas não apenas para a mobilização como para o registro de cada detalhe das manifestações em tempo real, e a diversidade de palavras de ordem (O Globo, 18 jun. 2013, p. 4).

Protesto se espalha pelo país. Uma nova onda de protestos, maior do que as anteriores e com leque de reivindicações mais amplo – voltou a tomar conta das capitais e de importantes cidades de onze estados ontem. Pelo menos 230 mil pessoas foram às ruas ontem. Em São Paulo, protesto reuniu 50 mil, segundo a PM. Foi a quinta manifestação na capital e a primeira sem violência. Uma das principais características das marchas foram as demonstrações de insatisfação e rejeição da política institucional. Em Brasília, manifestantes tentaram invadir o Congresso, com palavras de ordem como “Fora Renan” e “Fora Feliciano”. No Rio, as ações se concentraram diante da Assembleia. Em São Paulo, manifestantes foram impedidos de levantar bandeiras. “Não é comício, fora partidos”, gritavam manifestantes (O Estado de S. Paulo, 18 jun. 2013, p. 1).

A narrativa descritiva revela nuances sobre os procedimentos e sua recepção. Nota-se o reconhecimento da magnitude dos atos no recurso à memória nacional e na confissão de seu desenho “simbólico”. Há a reação provocada nos representantes políticos com o estado de “atônitos” e na dificuldade de compreender os atos. Evidencia-se a concentração em espaços de governança como requinte de ameaça à ordem.



Os termos “ocupação”, “multidão” e “marchas” são usados de forma específica, sem o efeito descritivo genérico, mas na leitura de que algo em exercício portava uma mensagem da qual não se tinha clareza interpretativa no momento em que eclodiam. Ao passo que a violência e o vandalismo eram usados como representação textual, as formas de participação (práticas) e como elas se realizavam sob o *public eye*.

Práticas em mobilizações estão ligadas a atos *performativos*, além de seu efeito direto. Quer dizer, na medida em que são ações executadas no tempo e no espaço, estabelecem no plano imagético-estético um diálogo com quem assiste ou é objeto de seus fins. Práticas são causais e promovem um espetáculo visual ao reforçarem seus sentidos. Aqui, nota-se que a *performance* das práticas nos protestos revela táticas de tornar mais afiados seus intentos, agitando a percepção midiática e governamental.

Em junho de 2013, destacam-se como práticas o usufruto das redes sociais como ferramenta de organização e observatório, as marchas, a interrupção de fluxos urbanos, a ocupação dos espaços públicos e de governança, bem como o monopólio dos registros midiáticos. Considera-se também a depredação como uma faceta presente no acontecimento, cujo exame não deve ser olvidado.

O uso das redes sociais é a prática mais ressaltada nos exames das Jornadas de Junho (CASTELLS, 2013, GOHN, 2018; RICCI; ARLEY, 2014; SANTOS, 2020b). O usufruto das redes sociais se deu como um esteio comunicativo para os protestos. Gerava-se conversação e produziam-se narrativas em tempo real nas/a partir das ruas. Os processos de consumo, produção e compartilhamento de informação criaram instâncias de mediação e articulação.

Os atos eram convocados, mobilizados e instaurados por meio das redes sociais em eventos no Facebook, dissipados em grupos e compartilhados no Twitter por meio de *hashtags* que, viralizadas nos *Trending Topics*⁶, criavam trilhas informativas ao olhar público. Inicialmente, as convocatórias do MPL serviram de difusor para a mobilização de outros adeptos, considerando a disseminação dos acontecimentos *on-line*.

Os serviços e dispositivos de comunicação *on-line* favoreceram a organização em rede do movimento, especialmente na fase em que se descola a operacionalização originária do MPL. Datas, locais, rotas, recomendações de segurança e instruções de caráter mobilizador forneciam coesão moderada para as ocorrências.

A memória de um dia ficava registrada em publicações produzidas em tempo real e posteriormente, construindo bancos de informação, permitindo balanços e a continuidade dos atos subsequentes. Vale ressaltar que não só o código textual era adotado, mas a produção de imagens e vídeos, bem como a cartela de palavras de ordem e a criatividade insurgente compunham o caráter arrematador das redes sociais.

Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais. [...] Em tempos de internet, os atos foram marcados intensivamente pelas redes sociais para convocar participantes (O Globo, 18 jun. 2013, p. 1).

Protestos ocorrem em 17 capitais, convocação é feita pelas redes sociais. Mesmo depois que São Paulo e Rio suspenderam o reajuste nas tarifas de transporte coletivo, mais de um milhão de pessoas se comprometeram, pelas redes sociais, a participar dos protestos marcados para hoje em pelo menos 80 cidades do país, 17 delas capitais. Além das cidades grandes, as mobilizações devem paralisar ainda cidades de médio porte. [...] No Rio, 253 mil pessoas tinham confirmado presença pelo Facebook, até a noite de ontem. Em São Paulo, os confirmados chegavam a 153 mil. São os dois maiores atos, com base na movimentação virtual. [...] A maior parte das manifestações

6 Listagem curada pelo Twitter com os assuntos e *hashtags* mais utilizadas em escalas regionais, nacionais e globais. Por meio dos itens dispostos na lista, é possível acessar a conversação associada.

acontecerão simultaneamente no horário de saída das pessoas do trabalho (O Globo, 20 jun. 2013, p. 6).

Redes sociais dão o tom da “revolta do vinagre”. Grupos na internet mobilizam e orientam protestos em todo o Brasil. A cena não era vista desde o *impeachment* de Collor, em 1992. Assim como na “Primavera Árabe” que lotou praças e derrubou ditadores, no Brasil, as redes sociais também impulsionaram a escalada de protestos contra o aumento das tarifas de ônibus, tanto na mobilização dos participantes como na descrição dos fatos em tempo real. A publicação de fotos, vídeos e relatos na hora e logo após os protestos, tomam conta de YouTube, Twitter, Facebook, Instagram e Tumblr (O Globo, 18 jun. 2013, p. 9).

A diferença foi a força demonstrada pelas mídias sociais, decisivas não apenas para a mobilização como para o registro de cada detalhe em tempo real das manifestações, e a diversidade de palavras de ordem (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

O fluxo paralelo de informação possibilitou fazer comparações às versões das autoridades (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19).

Muitos recorreram aos serviços para se informar, a partir de relatos no Twitter e Facebook (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19).

O papel das redes sociais (Facebook e Twitter) foi decisivo para a articulação dos discursos e para divulgar hora e local dos protestos (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

As notícias enfatizavam a convocatória e o nível de organização dos atos, acompanhados do fulgor numérico de participantes, fazendo entender o efeito radicular dos protestos. Redes sociais como Facebook, Twitter e YouTube foram utilizadas como veículos de consumo e disseminação de informações, mas, sobretudo, como observatórios dos protestos para os manifestantes e apoiadores.

Nota-se um rebatimento da ação *on-line* sobre a *off-line*. Ou seja, as práticas detonadas nas ruas se constituíam de simulacros nas redes sociais de uma agência integrada. Da ocupação das ruas e dos espaços públicos às redes sociais, telas de ação permitiam uma *performance* híbrida e crescente.

Como arregimentação e observatório, as redes sociais também representaram práticas de laboratório:

A internet teve papel fundamental na organização dos atos. Pelas redes sociais, 79 milhões de pessoas falando de um tema. Essa foi a quantidade de internautas impactados pelos compartilhamentos sobre os protestos pelo Brasil. Quem está conectado às redes sociais percebeu que os protestos se tornaram quase um tema único nos últimos dias, dominando publicações no Facebook, Twitter e também no YouTube. Os compartilhamentos impactaram potencialmente 79 milhões de internautas até a noite de ontem. [...] O mapeamento das redes indica uma curva crescente das publicações sobre o tema desde quinta-feira, dia das manifestações marcadas pela violência policial, alcançando ontem um pico de menções. Os termos mais citados foram “Protesto”, “O gigante acordou”, “Vem pra rua” e “Acorda Brasil”. [...] A internet teve papel fundamental na organização dos atos. Em São Paulo, por exemplo, o evento no Facebook para a manifestação teve 276 mil confirmações. O ato foi grande, mas se percebe que muita gente fez questão de demonstrar apoio virtual. Mas não foi só isso. Para o pesquisador de comportamento jovem Daniel Gasparetti, as redes tiveram papel mais preponderante na guinada da opinião pública. “Foi nas redes sociais que se viu os manifestantes passarem de vilões a heróis”, diz ele. “Além do contato direto, da informação feita no local, houve um intenso debate sobre os motivos dos atos”. Entre



os pedidos, wi-fi liberado. Pipocaram na rede pedidos para que pessoas abrissem o sinal de wi-fi para os manifestantes compartilharem as informações (O Estado de S. Paulo, 18 jun. 2013, p. 14).

Houve quem fosse manifestante de primeira viagem, trocando o Facebook pela bandeira, a internet pelo asfalto (O Estado de S. Paulo, 21 jun. 2013, p. 18).

Na internet, atos mobilizam 136 milhões. Protesto atraiu 35 mil pessoas e ganhou corpo no Facebook, chamado por organizações com forte militância online contra a corrupção. Entre os dias 13 e 21 deste mês, foram mais de 2 milhões de citações sobre os protestos, ante 214 mil sobre a Copa das Confederações (O Estado de S. Paulo, 23 jun. 2013, p. 10, 19).

O aparato digital desencadeou práticas híbridas. Em *posts*, *links* e *hashtags*, desenvolvia-se uma curadoria instrutiva dos sujeitos participantes e não participantes. Aos participantes, o reforço engajador. Aos não participantes, o suporte *on-line* para a magnitude do movimento. Ademais, os fluxos do ciberespaço perpetraram outro tipo de ocupação, e esta digital. A ocupação das vias *on-line* se conjugou na/pelas vias das cidades participantes.

A ocupação das vias públicas seja pela concentração, passeatas ou marchas são marcadores comuns de manifestações populares. Trafegar pelos espaços da cidade produzida, produtora e produtora é usar sua própria infraestrutura como ritual de ação. Nesse rito, a visibilidade do quantitativo de participantes e coreografia ali desenvolvida é uma epifania da mensagem insurgente e também um testemunho das forças que atuam na cidade e seus recônditos.

O quantitativo de participantes é uma expressão visível que cumpre o papel de atrair visibilidade às causas postas na rua. O itinerário escolhe vias importantes e centrais para sua vitrine da mensagem. O percurso é importante, fazendo supor o caráter de atividade, de construções ou interpelação da realidade.

Os trajetos designam percursos que fazem escoar o conteúdo insurgente. Desse modo, pondo-se como marcha direcionada, selecionando caminhos específicos que originalmente são ocupados pelos fluxos produtivos, cria-se um índice performático, ao mesmo tempo que mostra material sociopolítico.

Escolhe-se vias de afluxo, percursos que passam por edifícios, monumentos e fixos marcantes da paisagem urbana, de modo que o caminhar se torne agência e símbolo (figura 2). Tanto quanto o caminhar, as paradas, concentrações e permanências são importantes. Os corpos apresentam uma coreografia que, por si só, é mensagem e interpela os olhares públicos, conquanto alimenta o ensejo dos próprios manifestantes.

Figura 2 – Ocupação de vias em São Paulo em junho de 2013



Fonte: Movimento Passe Livre (UFMG, c2020). Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4702?busca=rua&cidade=São%20Paulo&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0. Acesso em: 28 jun. 2020.

É possível identificar modalidades distintas de posições nas ruas ou em concentrações. Em grupos formais, oriundos de coletivos e outras propriedades participativas. Grupos sociais, sem vínculos formais a não ser a sociabilidade comum. Ou sozinhos, destacando a importância da unidade do sujeito nos atos coletivos, conseqüentemente, ajuntando-se no corpo político do protesto.

Caminhadas, marchas e passeatas são registros dos sujeitos que protagonizam ação em movimento (TARROW, 2009), mas evidenciam o próprio papel da cidade como ator sociopolítico (CASTELLS; BORJA, 1996), usando de seus sistemas de objetos e ações, fixos e fluxos, para questionar seu *status*. Com os manifestantes, uniam-se os contextos materializados na urbe que estrutura, mas estava sob questionamento de sua própria estruturação.

O caminhar permite uma aglutinação temporária das diferenças. Postas em convergência por demandas que reclamam a atenção do momento de protesto, as diferenças entre os participantes tinham no trajeto compartilhado sua unidade na diversidade (figura 3). A partilha do espaço e do tempo em um sentido coeso – apesar das divisões ideológicas, sociais e políticas – criou uma experiência temporária de desarticulação de eixos pelo beneplácito das causas de insurreição.

Figura 3 – Concentração na Catedral da Sé (São Paulo) em junho de 2013



Fonte: Rafael Tsavkko Garcia (UFMG, c2020). Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4618?busca=rua&-cidade=São%20Paulo&esconderVazias=true&page=3&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0. Acesso em: 28 jun. 2020.

O trânsito insurgente encontra seu valor não apenas pela congregação das diferenças, pela interrupção dos fluxos como sinal de contravenção ou pelo cenário escolhido. As paradas também são importantes, representando uma ocupação que, das demandas vocalizadas, passa a contemplar a consciência multitudinária concentrada.

As ocupações desses espaços testemunham os sentidos dos atos que usam a paisagem urbana e suas funções como recurso retórico (figura 4). Vias, ruas sanguíneas, praças, monumentos, esplanadas de edifícios simbólicos ao capital, à cultura patrimonial ou à governança tornam-se suporte material das vozes, ao passo que se transformam em memória das ruas.

Figura 4 – Ocupação de vias em Belo Horizonte em junho de 2013



Fonte: Upslon (UFMG, c2020). Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/2738?busca=praça&cidade=Belo%20Horizonte&esconderVazias=true&page=1&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0. Acesso em: 28 jun. 2020.

A intensidade das marchas, das vozes, as diferenças lado a lado, o tráfego sobre caminhos-símbolo e seu ocaso em espaços que são ocupados culminam para o registro da sociabilidade de “povo” e promovem um arranjo anamnésico a ser lembrado como imagens do povo nas ruas. Ocupar é um movimento duplo de presença situacional e amalgamento do ser com o espaço.

Figura 5 – Ocupação no Senado Federal em junho de 2013



Fonte: Página 3 (UFMG, c2020). Disponível em: https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/4939?busca&cidade=Bras%C3%ADlia&esconderVazias=true&page=2&per_page=21&sortBy=date&sortOrder=asc&total=0. Acesso em: 28 jun. 2020.

Nesse sentido, as ocupações do Planalto ou do Senado Federal (figura 5), estádios de futebol, sedes de governos estaduais ou municipais se tornam unidades dos sujeitos em movimento. A presença e a permanência energéticas revelam práticas de que a noção de povo ali formada reclama projetos interpelando o próprio eixo de organização material da vida social. A ocupação consome a noção servil do espaço tornando-o uma estrutura orgânica que se revolta contra sua própria função, enquanto durem os atos.

As caminhadas e ocupações guardam outra prática controversa ao olhar público, governamental e midiático: os confrontos. O conflito e a perturbação da ordem estabelecida são características inexoráveis dos protestos. A escala de violência, todavia, é variável em termos de imbróglis sobre a agência de outros participantes (grupos variados ou a política), bem como as modificações de perspectiva de análise e categorização da mobilização popular.

Uma série de confrontos foi comum nos protestos de 2013: embates entre manifestantes, a ação policial, grupos e agendas diversas (*Black Blocs*), bem como a magnitude de uma manifestação que se torna lasciva esteticamente, sendo apressadamente classificada como ameaça e não obstante reprimida como tal.

A narrativa jornalística oferecia descrição da proporção dos atos para caracterizar os confrontos, recorrendo sempre ao campo semântico da violência como marcador textual nuclear:

Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista. No mais violento protesto contra o aumento da tarifa do transporte público, manifestantes voltaram a entrar em conflito com a política na região central de São Paulo. Como saldo, 20 pessoas foram

detidas. Dois ônibus foram parcialmente queimados, e outros, apedrejados. Estações do metrô foram depredadas, muros, pichados, e vitrines, quebradas. Lojas e bancos fecharam as portas. Segundo a PM, militantes jogaram pedras, paus e coquetéis molotov contra a PM, que atirou balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta. [...] “Não temos controle, virou revolta”, diz organizadora do ato (Folha de S. Paulo, 12 jun. 2013, p. A1).

[...] Comerciantes criticam passeata. Trabalhadores andavam apressados a caminho de casa na altura da Faria Lima com a Rebouças e alguns comerciantes criticaram o protesto. Com a antecipação do fim de expediente no local, as filas para entrar na estação da Faria Lima, linha 4 amarela, chegavam a 100 metros de extensão. [...] “Não quero ficar presa aqui dentro. Assisti na TV uma coisa grotesca. [...] A comerciante criticou a manifestação. “Cada um tem o direito de reivindicar, desde que respeitem meu direito de ir e vir”. [...] “Essa briga é de quem pode [políticos] contra quem não pode [manifestantes], mas quem paga somos nós”. (Folha de S. Paulo, 18 jun. 2013, p. C5).

Grupo de manifestantes ataca sede da Prefeitura de SP e fere 2 guardas-civis (Estadão, 19 jun. 2013, p. 11).

Depredação livre. A redução no preço da tarifa não pode encobrir o fato de que o centro de São Paulo virou terra sem lei na noite de anteontem, tomada por vândalos travestidos de manifestantes, e abandonada pela polícia (Folha, 20 jun. 2013, p. A2). Violência se espalha pelo país. Mesmo após a redução em série da tarifa de ônibus, principal reivindicação dos protestos que tomaram conta do país, novos atos levaram 1 milhão de pessoas às ruas e resultaram numa onda de violência e vandalismo em 13 capitais. Ocorreram ataques ou tentativas de invasão às sedes dos Três Poderes [...] (Folha de S. Paulo, 21 jun. 2013, p. C1).

Sem controle. Em noite de novos conflitos, depredações e saques, Itamaraty e Prefeitura do Rio são atacados. Partidos políticos tentam entrar em manifestação e são expulsos. Depois de terem conseguido os primeiros resultados concretos, com a redução das tarifas de ônibus em várias capitais, os protestos que tomaram conta das ruas do país, tiveram ontem seu dia mais violento, marcado por confrontos em pelo menos dez cidades. Em Brasília, manifestantes atearam fogo nas janelas do Itamaraty e tentaram invadir o prédio: 39 pessoas saíram feridas. No Rio, a caminhada pacífica, com 300 mil pessoas, foi interrompida pela ação de radicais que tentaram invadir a sede da prefeitura. Houve, na sequência, depredação de prédios públicos, pontos de ônibus e sinais de trânsito, saques e focos de incêndio (O Globo, 21 jun. 2013, p. 1).

A violência e a depredação são elementos complexos de análise, uma vez que derivam de conjunturas de sociabilidade densas. Todavia, são marcadores de confrontos. O choque de forças e o choque que uma mobilização representa desenvolvem atritos, combates e medidas de forças, naturalmente. Afinal, na querela são postos no tônus mobilizador arroschos cotidianos e afetos elaborados a partir deles. E fica claro, nessa senda, que a imagem do abalo e da instabilidade se imiscui da percepção e da recepção dos atos – quando alheios a eles.

O confronto policial é residual do tratamento dado pelas autoridades de segurança à tipologia dos protestos. A multidão que questiona o *status quo* é frequentemente lida sob o signo da ameaça. Os comandos de repressão e as escolhas pelo uso de força (tiros de borracha, bombas de gás e enfrentamento) criam a violência como operação, na qual a evitação é, em si mesma, interpretada pelas autoridades ou pela perspectiva de quem narra como violência ensimesmada.



A classificação de manifestantes como vândalos, arruaceiros e baderneiros é usada imoderadamente para refletir uma leitura parcial da complexidade factual dos atos. Na ocorrência da mobilização, outros *players* operam sua conjuntura mesmo que em modalidades de participação opositoras. O imaginário, por vezes, não acompanha a realidade factual, sendo munido da narrativa policial, governamental e midiática – pelos manifestantes, vistos como opositores.

A violência represada sobre o patrimônio público e privado é uma variável a ser destacada. A participação dos Black Blocs trouxe discussões que se misturaram a temáticas antigas como a criminalização de movimentos sociais e a narrativa controversa e disputada que era construída durante os protestos de 2013. Há na depredação e no ato de destruir um conteúdo libertário e de denúncia, todavia sua elaboração é difícil.

O dano material provocado nas ruas, estabelecimentos comerciais e prédios oficiais pode ser categorizado como ação política situada em um campo libertário. Ou seja, no ato de destruir está um gesto material de descarga de afetos contra opositores representativos como lideranças políticas, situações sociais específicas (violência de gênero, raça ou comunidades tradicionais) e o capitalismo.

Por certo que as tensões concebidas a partir da ação coletiva possuem diferentes escalas e naturezas em um mesmo espaço e tempo, especialmente em junho de 2013, dada sua variabilidade provisoriamente convivial. Em meio a práticas de violência contra pessoas ou contra o patrimônio, os próprios manifestantes se dividem e toleram moderadamente sua ocorrência.

A corporeidade dos sujeitos é determinante para o estabelecimento de práticas, bem como para seu caráter tático. É por meio da coreografia dos corpos dos participantes, ali políticos, que o efeito das práticas se processa (LEPECKI, 2012; PILE, 1996; PILE; NAST, 1996). O posicionamento, o gestual, os sentidos, a escala e o cenário nos atos produzem a imagem e eloquência dos atos. Restam as práticas, produzindo seus efeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas Jornadas de Junho, os efeitos das práticas foram, inicialmente, autocentrados, ou melhor, serviram de fomento à própria organização e consciência de luta desencadeada. A seguir, é retórica, uma vez que nas demandas requeridas, torna-se mensagem afiada, disposta nos dispositivos de difusão a se disseminar a receptores diversos – destinatários e quem quer que veja ou ouça. É igualmente estético, uma vez que as imagens plásticas vestidas e ostentadas se unem às imagens mentais produzindo partilhas sensíveis do objeto sociopolítico.

A dinâmica das redes ofereceu à mobilização ambiências de processamento da ação sociopolítica e dos sentidos de insurgência, sob o influxo dos contextos explosivos que ressoavam nos atos, a partir de seu estopim. O resultado prático é uma mobilização aquiescente, cuja potência reside em sua efervescência e volatilidade.

Na multiplicidade de participantes e de agendas postas nas ruas, diferenças foram evidenciadas em discurso, intenção e projeto. Contudo, as particularidades que desenvolveram a movimentação, colocam os atos de 2013 em um cenário particularmente diferente, em que o singular é múltiplo, o integrado é plural e a unidade é diversa. A controvérsia foi um marcador central das mobilizações.

Destarte os primeiros impactos, uma aderência inesperada é sentida com múltiplos focos de protestos sendo relatados não apenas no estado paulista, mas em outras partes do país, não restritos também à região Sudeste brasileira. A reverberação das vozes dos protestos que afirmavam um despertar

e convidava às ruas parecia contagiosa e possuiu a acústica necessária para que seu som se difundisse sem dispersão, agremiando sentidos contraditórios entre si.

O que unia as pautas em termos de luta pelo transporte público gratuito e de qualidade passou a congregar uma diversidade de pautas espalhadas por uma cartela de demandas que afetam a vida urbana. Todavia, o que implicava em diversidade de agenda, carregava uma prerrogativa de unidade. A polifonia das pautas não dividia, mas unificava um pulso nascido das ruas e capaz de destravar experiências nas/das ruas. E a dinâmica das redes é o elemento aglutinador desse processo.

As práticas insurgentes advindas de junho são resultado produtor e simultaneamente produtivo e metabólico do próprio processo que o constituía dia a dia, ato a ato. Na medida em que se acionavam os sujeitos e com eles suas práticas, estas se tornavam índices de uma performance plasmada ali mesmo no fazer insurgente das ruas, espaços e trânsitos. Desse modo, os efeitos do gestual de junho se equiparou a um ferramental que produzia seus efeitos e por eles eram modificados ao mesmo tempo.

Os sujeitos às ruas e às redes constituíam a mobilização e a si mesmos em um *continuum* de tempo real. A materialidade de registros e exercícios corpográficos e coreopolíticos teciam um movimento de cauda longa, um ouroboros insurgente que desafia o olhar e o senso, quais sejam seus começos, seus fins e seus recomeços.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHARLES, Tilly. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *In*: TRAUOGOTT, M. (Org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995. p. 15-42.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Milhares vão às ruas contra tudo; grupos atingem palácios**. São Paulo: Grupo Folha, 18 jun. 2013. p. A1-A2; C1; C5-C7.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2018.

LEPECKI, André. Coreopolítica e Coreopolícia. **Ilha (Revista de Antropologia)**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2012.



NAST, Heidi; PILE, Steve. **Places through the body**. Londres e Nova York: Routledge, 1996.

O ESTADO DE S. PAULO. **Protestos se espalham pelo país e políticos viram alvo**. São Paulo: Grupo Estado, 18 jun. 2013. p. 1; 8-10; 14-19.

O GLOBO. **O Brasil nas ruas**. Política. São Paulo: Grupo Estado, 18 jun. 2013. p. 1-3; 6-9.

RICCI, Rudá, ARLEY, Patrick. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013**. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

SANTOS, Gustavo Souza. O gigante que acorda e vai às ruas: a produção simbólica e estética insurgente nas Jornadas de Junho. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 9, 2020. **Anais do IX Coninter**. Campos dos Goytacazes: Aninter-SH, 2020a.

SANTOS, Gustavo Souza. #Vemprarua: jornadas de um espaço em rede. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 17, n. 01, p. 240-255, fev. 2020b.

SANTOS, Gustavo Souza; CUNHA, Maria das Graças Campolina. As territorialidades insurgentes do gigante desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas dinâmicas territoriais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 37-4, jul. 2018a.

SANTOS, Gustavo Souza; CUNHA, Maria das Graças Campolina. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Elisée**, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 70-84, jan./jul. 2018b.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

UFMG. **Grafias de junho**. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa Cosmópolis, 2020.